

A memória fardada: a criação do Museu Histórico Nacional e as relíquias do Contestado

The uniformed memory: the creation of the National Historical Museum and the relics of the Contestado

Rogério Rosa Rodrigues¹

Resumo: O Museu Histórico Nacional foi idealizado para ser um espaço de memória das tradições militares do Brasil. Comprova-o o acervo que deu origem ao museu em 1922 e a trajetória e compromisso político do seu idealizador, Gustavo Barroso. A proposta deste artigo é refletir sobre os vínculos entre a perspectiva de memória e história de Gustavo Barroso e seus estreitos vínculos com o momento social e político vivido pelo Exército brasileiro após a Proclamação da República. Propõe-se, ainda, levantar algumas hipóteses sobre os vestígios materiais recolhidos por oficiais militares que atuaram na repressão ao movimento do Contestado que fazem parte da reserva técnica do Museu Histórico Nacional. Tem-se como hipótese que as ideias de Barroso e dos militares convergiam em alguns aspectos, a saber, a valorização da história e da memória militar brasileira em um contexto de disputas pela reelaboração da memória nacional.

Palavras-chave: Museu Histórico Nacional, Guerra do Contestado, memória militar, acervo, relíquias.

Abstract: The National Historical Museum was designed to be a space of memory of the Brazilian military traditions. It is proved by the collection that gave rise to the museum in 1922 and the trajectory and political commitment of its idealizer, Gustavo Barroso. The purpose of this article is to reflect on the links between the perspective of memory and history of Gustavo Barroso and his close links with the social and political moment lived by the Brazilian Army after the Proclamation of the Republic. It is also proposed to raise some hypotheses about the material remains collected by military officers who acted in the repression of the Contestado movement that are part of the technical reserve of the National History Museum. It is hypothesized that the ideas of Barroso and the military converged in some aspects, namely, the valorization of Brazilian military history and memory in a context of disputes over the re-elaboration of the national memory.

Keywords: National Historical Museum, Contestado War, military memory, collection, relics.

Introdução

Quem visita o Museu Histórico Nacional (MHN), no centro do Rio de Janeiro, dificilmente deixa de reparar a presença de objetos militares preservados em seu interior. Logo na entrada nos deparamos com imenso pórtico em que se vê a inscrição: “Portão da Minerva”, referência explícita à deusa romana das artes, dos trabalhos manuais, das profissões e da guerra. No pátio interno há uma exposição permanente de antigos canhões, muitos deles provenientes de países como Holanda, Inglaterra, França e Portugal. Eles testemunham várias fases da história do Brasil.

A grandiosidade desses monumentos militares combina com a arquitetura, que também

¹ Doutor em História. Professor de Teoria e Metodologia da História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em História e no Mestrado Profissional em Ensino de História da UDESC. E-mail: rogerclio@gmail.com

nos remete ao universo marcial. O prédio onde atualmente está localizado o Museu Histórico Nacional abrigou no século XVII o forte de Santiago, construído na Ponta do Calabouço, entre as praias de Piaçaba e de Santa Luzia. O local foi estrategicamente escolhido para impedir a entrada de embarcações na Baía da Guanabara. Em 1762 foi construída, ao lado do forte, a “Casa do Trem”, destinada a guardar e fazer pequenos reparos de artilharia.² Passados dois anos a edificação foi complementada pelo “Arsenal de Guerra”. Ao longo do século XVIII suas instalações serviram como depósito de armamento e munição do Exército brasileiro, sendo construída em suas dependências, inicialmente, uma oficina dedicada ao reparo, conservação e manutenção de material bélico.

Fonseca de Castro (1997) informa que no Arsenal se desenvolveram inúmeros ofícios, tais como aqueles destinados à confecção de bandeiras (bandeireiros) e de tendas militares (barraqueiros), além dos de seleiros e sapateiros, maquinistas, serralheiros, latoeiros, funileiros, pedreiros, entre outros. Durante a Guerra do Paraguai (1865-1870), o Arsenal forneceu ao Exército brasileiro vasto material, principalmente projéteis de artilharia (WINZ, 1953). Nessa mesma época, foi inaugurado em suas dependências o Museu Militar (1865) e, posteriormente, o Museu de Artilharia. José Neves Bittencourt (1998), por sua vez, acredita que esses dois museus devem ter sido contemporâneos, uma vez que no ano de 1875 o de Artilharia já estava oficialmente constituído. Ao que tudo indica, esses museus não foram destinados a uma posição de grandeza e chegaram a ocupar somente uma ou duas salas do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro (Cf. BITTENCOURT, 1998, p. 211). Eles permaneceram nesse espaço até 1902. Após esse ano o Arsenal de Guerra foi transferido para Ponta do Caju e o acervo dos museus ficou encaixotado nas dependências antigas do arsenal, até ser recuperado por Gustavo Barroso para compor o Museu Histórico Nacional, inaugurado em 1922.

Mas não é apenas nas instalações e nos objetos em exposição que sentimos o espírito militar pulsar no museu. A instituição abriga atualmente um dos mais representativos acervos da história militar do Brasil. Entre os muitos exemplos citamos o álbum contendo 19 fotos da Guerra do Paraguai, realizadas pelo fotógrafo Carlos César e ofertado em 1868 ao Visconde de Rio Branco. Merecem destaque também as fotos de Juan Gutierrez sobre a Revolta da Armada, feitas por encomenda do Exército brasileiro ao fotógrafo de origem espanhola. O MHN abriga, ainda, centenas de aquarelas pintadas por J. Walsh Rodrigues sobre os uniformes militares da

² Segundo Adler Homero Fonseca de Castro (1997, p. 168): “Trem é um nome genérico que se dava aos apetrechos de um exército. Porém no século XVIII e ainda no século XIX este termo era usado com uma visão mais restrita, como se fora ‘trem de artilharia’, ou seja, o conjunto dos canhões e materiais necessários a seu funcionamento”.

força terrestre brasileira, trabalho que compreende a indumentária militar desde o século XVIII até o início do século XX.³

Há muitos outros patrimônios importantes da história militar brasileira depositados no MHN, tal como um grande acervo de material bélico, principalmente armamento e objetos pertencentes à autoridade militares de destaque na história do Brasil.

Conforme Bittencourt (1998) durante a década de 1920 a seção de Arqueologia e História do Museu era composta em sua maioria de acervo proveniente de outros estabelecimentos, predominantemente militares, tais como Museu de Artilharia, o Museu Militar, o Arsenal de Guerra da Corte, a Biblioteca do Exército e o Ministério da Guerra. Mário Chagas acrescenta que, nesse mesmo período 56,16% do acervo dessa seção resultava da transferência de outros estabelecimentos públicos; 25,6% das aquisições chegaram por “coleta em demolições, por compra de coleções particulares ou por processos não especificados” e 17,82%, por meio de “doações de particulares, de associações, de governos e representações estrangeiras” (CHAGAS, 2003, p. 110-111).

Como uma instituição tão marcada pela memória militar ganhou o título de Museu Histórico Nacional? Essa pergunta se desdobra no questionamento sobre a nacionalização da memória militar como memória nacional. Usando uma terminologia contemporânea, é possível afirmar que o MHN é um lugar de memória do Exército brasileiro (Cf. NORA, 1993) e que tal lugar foi erguido a partir do esforço de um amante de coisas do passado, uma espécie de colecionador. Tal esforço é mais que uma mera atitude de preservação de relíquias do passado, tampouco está desvinculado das tendências políticas e sociais do seu presente. Ele faz parte do seu tempo, assim como o constitui e integra. Em uma perspectiva teórica benjaminiana é possível falar que os objetos que deram origem ao MNH são como trapos recolhidos pelo colecionador que atua como sujeito ativo no processo de articular o passado com o presente. Isso remete a diferenciação elaborada por esse filósofo entre o colecionador trapeiro e o colecionador burguês. É possível afirmar que ambos recolhem objetos abandonados. Aqueles considerados restos pela sociedade. No entanto, o segundo o faz para cultuá-lo como testemunha de uma época, de um grupo social, de um povo. Sua ação tem como meta construir um vínculo direto entre a função primeira do objeto e o presente, para, dessa forma, resgatar o passado, preservá-lo e cultuá-lo, ou seja, guardar e eternizar as relíquias do passado tendo o

³ Trata-se do álbum Uniformes do Exército brasileiro. A primeira edição foi feita em 1922 como parte das comemorações do Centenário de Independência do Brasil e ganhou impressão especial feita em Paris sob os auspícios do Ministério da Guerra. A obra foi dedicada a João Pandiá Calógeras, então ministro da Guerra (1918-1922).

objeto como algo revestido da aura de outrora. O colecionador trapeiro, por sua vez, coleciona para destituir esse mesmo objeto de sua função original. Ele faz da relíquia um trapo. Sem valor. Sem sentido original. Sem aura. Conforme Leite, “feito trapos, esses objetos estão livres para reanimar o passado ao qual pertencem” (2013, p. 136).

Essas duas atitudes sugerem formas distintas de lidar com o tempo. Enquanto o colecionador trapeiro busca no restolho a sua atualidade, o colecionador burguês o mantém para preservar e estender a sua função original. Neste caso, tenta a todo custo estabelecer uma continuidade entre passado e presente, trabalhando na manutenção da tradição ou empenhado em recuperar um tempo perdido a partir da monumentalização da história e da memória dos vencedores. Isso seria a antítese de um historiador/coleccionador materialista/benjaminiano. Walter Benjamin é enfático em sua crítica: “A história é objeto de uma construção cujo lugar é constituído não por um tempo vazio e homogêneo, mas por um tempo preenchido pelo Agora (Jtztzeit)” (2013, p. 18). O colecionar burguês está a serviço da continuidade, está munido da ideia de progresso e opera pela “eternalização” do passado no presente. Em síntese, no primeiro caso a relação temporal é fragmentada, o passado é povoado de ruínas, como aquele que atormenta o anjo da história: “A cadeia de fatos que aparece diante dos seus olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés”(2013, p. 14). Para o segundo o passado é um paraíso recuperável em sua beleza e esplendor.

Em que pese certa fixação desses modelos de colecionadores como tipos ideais, sua potencialidade para reflexão aqui proposta reside em permitir analisar a constituição do MHN como uma atividade de colecionador burguês, corporificado na figura de Gustavo Barroso. Essa relação se desdobra ao menos em três questões elementares. Primeiro por nos colocar diante de uma proposta de acúmulo de objetos considerados como artefatos históricos; segundo, indicar uma associação nostálgica em relação ao passado e, por fim, por operar a partir de um método que Benjamin chama de aditivo, pois “oferece a massa dos fatos acumulados para preencher o tempo vazio e homogêneo” (2013, p. 19).

Com o objetivo de explorar um pouco mais essa ideia, convidamos o leitor a voltar ao início da década de 1910 para conhecer as propostas de constituição do MHN, bem como a trajetória de seu idealizador e primeiro diretor, Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso. Iniciemos por ele, o patrono.⁴ Proponho relacionar a figura de Barroso com a do

⁴Identificar os estreitos vínculos entre a memória militar e a memória nacional materializadas na formulação e inauguração do MHN não implica em afirmar que a instituição permanece atrelada a esses ideais até a atualidade.

coleccionador burguês, tal como cunhada por Walter Benjamin. Isso não o desqualifica enquanto intelectual, mas nos coloca diante do processo de monumentalização de sujeitos, episódios e instituições do passado que fazem parte do nosso panteão memorial.

I

Barroso nasceu em 1888,⁵ no Ceará. Iniciou seus estudos em Fortaleza bacharelando-se em pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro em 1911, mesmo ano que se lançou como escritor com o livro *Terra do Sol* em que trata dos costumes do sertão cearense. Com a experiência que adquiriu como redator do *Jornal do Ceará* (1908-1909), e em outros periódicos de Fortaleza, assumiu a redação do *Jornal do Comércio* no Rio de Janeiro (1911-1913) e, posteriormente, a direção da prestigiada revista carioca *Fon-Fon* (1916).

Sua atuação profissional não ficou restrita ao universo da imprensa. Foi professor da Escola de Menores da Polícia do Distrito Federal (1910-1912), secretário da Superintendência da Borracha no Rio de Janeiro (1913), secretário do Interior e da Justiça do Ceará (1914), deputado federal pelo Ceará (1915- 1918) e inspetor escolar do Distrito Federal (1919- 1922). Com essa trajetória, como chegou a criação do MHN?

O museólogo Mário Chagas (2003) estabelece relações entre a infância de Barroso e sua visão museológica e destaca a influência da casa onde cresceu e da educação recebida do pai e da tia, personagens que afetaram sua visão romântica do passado brasileiro. Barroso desejava ser militar, mas o pai o queria doutor. Segundo Chagas “O Museu [Histórico Nacional] permitiu-lhe amalgamar o amor ao passado (território familiar), a tendência militar, a formação bacharelesca e o gosto pela arte” (CHAGAS, 2003, p. 87). Esse mesmo pesquisador afirma que “não é casual a instalação do Museu num complexo arquitetônico antigo que envolve fortaleza, arsenal de guerra, beco dos tambores (militares) e casa do trem (artilharia)” (Chagas, 2003, p. 87).

O espaço escolhido para abrigar o MHN estaria ligado, dessa forma, aos projetos intelectuais não realizados por seu idealizador. Essas são apenas algumas indicações da relação sentimental que Barroso possuía com as forças armadas em sua infância e juventude. Ela se tornaria mais explícita a partir de 1911, momento em que lançou nas páginas da edição

Em breve a instituição completará um século de existência. Nesse percurso a política do museu sofreu alterações, diretores com posicionamentos e perspectivas diferentes por lá passaram, novos acervos foram incorporados.

⁵ As informações biográficas de Gustavo Barroso foram retiradas do site da Academia Brasileira de Letras. Endereço: <http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=213>. Acesso em: 26 fev. 2008.

vespertina do *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, a proposta de se criar no país um museu militar.

O Brasil precisa de um Museu onde se guardem objetos gloriosos, mudos companheiros dos nossos guerreiros e dos nossos heróis - espadas que tenham rebrilhado à luz nevoenta das grandes batalhas nas regiões platinas ou tenham sido entregues às nossas mãos vencedoras pelos caudilhos vencidos; canhões que vomitaram a morte nas fileiras inimigas do alto dos nossos bastiões e dos espaldões de nossas trincheiras; lanças que cintilaram no punho temeroso dos lendários Farrapos, nos vastos pampas, e golpearam com Andrade Neves os quadrados paraguaios de Avaí (apud DUMANS, 1942, p. 384).

Gustavo Barroso invocou, a favor de sua proposta, a existência de museus militares nos principais países da Europa, como o Museu dos Inválidos na França, a Armería Real na Espanha, o Museu de Artilharia de Portugal. Lembrou, também, a presença significativa de objetos militares na Abadia de Westminster, no Palácio de Buckingham e no Museu Britânico, acervos que, na sua maneira de ver, mostravam o valor que a Inglaterra conferia ao seu passado militar. E finalizou o artigo conclamando: “Patriótica e nobre seria a fundação dum Museu Militar. Queiram os *numes* que tal ideia um dia se realize para que tenhamos onde depor nossos troféus como os gregos outrora os depunham nas métopas de mármore e granito dos templos da Acaia” (DUMANS, 1942, p. 384, p. 387).

Passado pouco mais de um ano, ele voltaria a defender a criação de um museu militar no Brasil nas páginas do mesmo jornal, só que dessa vez o fazendo num tom mais nostálgico em relação ao passado, como o próprio título do artigo denuncia: “O culto da saudade”.

Verifica-se, com tristeza e a cada passo, que no Brasil quase não há o culto das tradições. Aqui no Rio de Janeiro são às centenas os exemplos deste asserto (...). As maiores relíquias da nossa tradição andam esparsas e ao abandono (...). É um descaso que já se torna crime e é um crime quase imperdoável(...). O culto da saudade é coisa que não existe(...) ainda não é para nós (DUMANS, 1942, p. 387-388).

Os dois textos foram escritos no momento em que o Exército brasileiro empreendia uma política de modernização dos seus quadros. A presidência da república era ocupada por um general do Exército – Hermes da Fonseca - após uma árdua campanha eleitoral que opunha, ao menos de forma retórica, civilismo e militarismo. A lei de serviço militar obrigatório, aprovada em 1908, não conquistara o apoio político e social esperado e, por isso, permanecia “letra morta”. Na Europa as nações se preparavam para uma guerra que acreditavam iminente. No Brasil, os positivistas moviam acirrada campanha contra a militarização da sociedade e, conforme nos informa Peter Beattie (2001), nesse período o Exército buscava melhorar sua

imagem perante a sociedade, situação agravada com a representação feita por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. Apesar do contexto favorável, a proposta de Barroso não foi bem sucedida. Ao que parece, seduziu, tão somente restrito grupo de oficiais militares e alguns intelectuais saudosos como ele.

Em 1917 ele voltou a defender sua proposta ao incluir os dois artigos mencionados no livro *Idéias e Palavras*. De acordo com Adolpho Dumans (1942, p. 388) foi depois de ler esse livro que Epitácio Pessoa, futuro presidente da República (1918-1922), tomou a iniciativa de procurar Gustavo Barroso para fundar um museu histórico no Brasil. Passados quatro anos do lançamento de *Idéias e Palavras*, seu autor publicou novo artigo reiterando o descontentamento com o fato de não existir no Brasil uma instituição dedicada a preservar suas tradições históricas. Com isso ele retomava a temática do “culto da saudade”, mas o revestia de algo novo. Se, antes, lamentava a ausência de um museu militar, agora falava da criação de um Museu Histórico Brasileiro. Desta maneira, encobria de forma sutil o projeto defendido em momentos anteriores. Mudou o nome, mas a concepção não destoava da anterior: “Quase não restam, custodiadas em parte alguma, relíquias dos primeiros tempos de nossa vida nacional. Não se conhece no país um objeto contemporâneo da Guerra Holandesa ou da luta dos Mascates. Recordações mais recentes vão se perdendo” (DUMANS, 1942, p. 388).

A vida nacional é imediatamente articulada à atuação militar, uma proposta afinada com um projeto militarista e nacionalista de nação. Projeto firmado na nostalgia de um passado presente em relíquias militares que, reunidas e guardadas em espaço de glorificação da memória, serviria para cultuar o passado e tecer os fios do futuro almejado. Restava saber onde buscar tais relíquias:

Haveria muito que colher daqui e dali. Quadros, armas, vestimentas, lápides, espadas e outros documentos em muitos pequenos museus particulares do país. Canhões de todas as épocas com armas de diversos países nos fortes de Óbidos, Tabatinga, Nossa Senhora da Assunção, Cinco Pontas, Três Reis Magos, Buraco, Boa Viagem e tantos outros. Bandeiras na Cruz dos Militares, a Espada de Solano Lopes no Colégio Militar, a carruagem de Osório nas cocheiras do Ministério da Guerra. Lanças, sabres e bandeiras veneráveis no Museu Naval e no velho Arsenal de Guerra. Várias coisas de valor no Arquivo Nacional. E, além disso, autógrafos, penas, tinteiros, móveis, estátuas, etc. (apud DUMANS, 1942, p. 388, grifo nosso).

A proposta de criação de um museu histórico nacional lançada em 1917 era semelhante à defendida em 1911, porém o ano de 1921 conferia maior visibilidade às suas ideias graças ao bom relacionamento que Barroso mantinha com Pandiá Calógeras, ministro da Guerra, e com o presidente da República, Epitácio Pessoa (1918-1922). Soma-se a isso a euforia que o país

vivia em função dos preparativos para a comemoração do primeiro Centenário da Independência do Brasil. De acordo com Marly Motta (1992, p.6), o evento reuniu grandes nomes da intelectualidade e despertou uma onda de reflexões acerca dos fundamentos da nacionalidade brasileira. A questão colocada era o lugar do Brasil na modernidade do século XX, e o desafio era como articular historicamente o passado monárquico com o futuro desejado. Neste contexto, as comemorações reacenderam em alguns um saudosismo em relação aos tempos do Império e, em outros, despertaram críticas às promessas não cumpridas do regime republicano.

Entre os intelectuais da década de 1920 analisados por Marly Motta, constam Mário de Andrade, Oliveira Viana, Monteiro Lobato, Menotti del Picchia, Licínio Cardoso, Tristão de Ataíde, somente para ficar nos mais representativos, tanto entre os cariocas como entre os paulistas. Nesse rol vale incluir Gustavo Barroso. Sua proposta buscava reatar a história da nação brasileira com o passado monárquico. Como vimos, as relíquias e os episódios evocados como dignos para compor o museu desejado, além de coleções militares são, prioritariamente, dos tempos do império.⁶

Mário Chagas (2003) observa que “o peso do Centenário recolocava em pauta a necessidade de se organizar o passado”, acrescentando:

Fazia parte do projeto moderno da nação ter a sua história disciplinada e para isso não bastavam as belas letras, era preciso também recorrer ao espaço tridimensional e habitá-lo com imagens tridimensionais, reconhecendo nelas a presença de outras dimensões, como a educativa, por exemplo” (CHAGAS, 2003, p. 100).

O projeto de museu proposto por Barroso não era o único defendido no contexto da época: “estavam em disputa na ocasião, diferentes planos para um museu histórico de caráter nacional, diferentes formatos de imaginação museal” (CHAGAS, 2003, p. 101), mais que isso, estava em questão que memória cultivar, que projeto de futuro viabilizar no contexto dos anos 20, quais os personagens e os episódios da história nacional mereceriam um lugar de destaque na posteridade. Sob a égide do culto da saudade do império e das glórias militares nasceu, em 1922, o Museu Histórico Nacional.

⁶ O lançamento do livro *À margem da história da República* (1924) organizado por Vicente Licínio de Carvalho faz um balanço do regime republicano. Como declarado no prefácio à primeira edição o livro reuniu “a geração que nasceu com a República, pouco antes ou pouco depois: não viram o imperador, não conheceram os escravos, não herdaram títulos, nem cargos, nem comissões”. Com o objetivo de conferir maior legitimidade ao discurso impresso no livro Cardoso ressalta que os autores incluídos “Conquistaram posições e tomaram atitudes por seus próprios esforços: são pois republicanos e democratas na verdadeira acepção do termo, fizeram viver, em suma, as suas próprias idéias” (CARDOSO, 1990, p. 12), são eles: A. Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jonathas Serrano, José Antonio Nogueira, Nuno Pinheiro, Oliveira Viana, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Tasso da Silveira e Tristão de Athayde.

II

A criação do Museu Histórico Nacional, em 1922, marcou, portanto, um espaço importante nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil. O museu instituiu o lugar dos militares na história da nação e Barroso pode ser considerado o maior arquiteto desse projeto.⁷ Vale lembrar que o MHN foi inaugurado no momento em que o Exército brasileiro estava recebendo treinamento da Missão Militar Francesa, reivindicação antiga da corporação e considerada uma das mais importantes para concluir a reforma que deveria conduzir a profissionalização militar.⁸ Durante as negociações para a contratação dos oficiais franceses, conduzidas pelo então ministro da Guerra, Barroso atuou em favor da modernização do Exército. Como ele mesmo relata: “O primeiro parecer favorável ao contrato duma missão militar francesa foi dado por mim, como deputado e membro da Comissão de Marinha e Guerra, em 1917” (BARROSO, 1942, p. 429).

Muitas outras seriam, ainda, as suas contribuições à história militar do Brasil, assim resumidas por ele: “vulgarizei mais tarde [depois de 1922], numa série de livros, os episódios marcantes de nossas guerras estrangeiras, algumas quase esquecidas como a que derrubou o tirano Rosas, outras abafadas no olvido como a que expulsou o caudilho Artigas” (BARROSO, 1942, p. 402).⁹ São livros coerentes com sua proposta de museu e com sua visão política conservadora, relação que o levou, na década de 1930, a aderir a Ação Integralista Brasileira (AIB),¹⁰ movimento inspirado na ideologia fascista vindo a se tornar um dos seus principais ideólogos, em especial pela ênfase anti-semita¹¹ que conferiu à doutrina (Cf. DHBB, 2001, p.

⁷ Embora no momento de sua formação o MHN tenha sido constituído de objetos militares, ele não deixaria de ser, basicamente, um museu de história do Brasil, com acervo bem diversificado, para além dos temas castrenses.

⁸ Trata-se da chegada da Missão Militar Francesa em 1920 para treinar o Exército brasileiro. Sobre o assunto, ver Manuel Domingos Neto (1980) e Frank McCann (2007).

⁹ Entre 1925 e 1925 Barroso publicou uma série de livros historia militar do Brasil, com destaque para o envolvimento do Brasil em conflitos externos. Segundo Chagas, boa parte dos livros citados nasceu das lições de história militar ministradas por Barroso no Curso de Museus, oferecido no espaço do MHN ao longo da década de 1930 (Cf. Chagas, 2003, p. 119). São eles: A guerra do Lopez: contos e episódios da Campanha do Paraguai. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1928; A Guerra do Flores: contos e episódios da Campanha do Uruguai 1864-1865. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929; A Guerra do Rosas (contos e episódios a Campanha do Uruguai e da Argentina 1851-1852). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1929; A Guerra de Vidéo : contos e episódios da Campanha Cisplatina, 1825-1828. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930; A Guerra de Artigas (1816-1820). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930; O Brasil em face do Prata . Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1932; História Secreta do Brasil – em 3 volumes (1936, 1937 e 1938) e História Militar do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935 Coleção Brasileira).

¹⁰ A AIB foi fundada por Plínio Salgado em outubro de 1932. Com o lema “Deus, Pátria e Família” a organização defendia a implantação de um Estado corporativo sindicalista, autoritário e nacionalista (Cf. DHBB, 2001, p. 574).

¹¹ De acordo com Amélia Coutinho (DHBB, 2004, p. 574) as concepções anti-semitas de Barroso estavam mais próximas da doutrina alemã que da italiana e portuguesa que inspirou a maior parte dos teóricos do integralismo. Um ano depois de aderir a AIB (1934) Gustavo Barroso assumiu o cargo de Chefe das Milícias da AIB. De acordo

574; CHAGAS, 2003, p. 118).

Barroso alegava que “nos compêndios escolares se não falava quase dessas glórias conquistadas por nossos antepassados” (BARROSO, 1942, p. 402). Cultuar o passado, cultuar as conquistas bélicas, glorificar os militares, um projeto que visava não apenas ao culto da saudade, mas a uma ação educativa com perspectivas de monumentalização de sujeitos e experiências militares.

O papel desempenhado por Barroso na constituição de uma história militar no Brasil vai além da criação do MHN, além da contribuição para a contratação da missão francesa mencionada acima, é possível vê-lo em atuação na constituição de mitos nacionais. Durante a década de 1930, o Ministério da Educação e Saúde patrocinou várias conferências sobre vultos nacionais, cabendo a Barroso falar do futuro patrono do Exército: Duque de Caxias. Segundo Celso Castro (2002), a preleção foi feita em 25 de agosto de 1936, vindo a ser publicada em 1945. Vale ressaltar que a sugestão de entronização de Caxias ocorreu na mesma década da inauguração do MHN e contou com a rápida adesão do ministro da Guerra, general Fernando Setembrino de Carvalho, o ex-comandante da maior expedição militar enviada ao Contestado. Foi neste contexto, portanto, que o Museu Histórico Nacional se tornou um lugar de abrigo e culto da memória da nação brasileira. Nação fardada, diga-se de passagem.

Pensando no fenômeno atual de mundialização da cultura e de globalização econômica a acelerar o ritmo do tempo, Pierre Nora (1993) nos alerta para o culto que se faz da memória na atualidade. A construção de templos destinados a cultuar e preservar a memória é sintomática de uma época de crises. Acreditamos que a discussão se aplica à política brasileira da Primeira República. O regime republicano necessitava de uma tradição, de embasamento para se sustentar após três décadas de experiência. As primeiras iniciativas no sentido de formar “almas” republicanas, como bem nos mostrou José Murilo de Carvalho (1990), assumiram a forma de construção de símbolos, datas e heróis cívicos, destinados a estabelecer uma genealogia da república brasileira. Mas, depois de trinta anos, era preciso reforçar a dose. Os conflitos políticos experimentados no primeiro momento de permanência do novo regime, decorrentes da concentração do poder nas mãos das oligarquias e monopolizados pela elite paulista e mineira, da miséria que se agravava a cada ano, dos conflitos sociais que faziam soar as manifestações populares, quebraram o encantamento dos empolgados de última hora com as

com Mário Chagas ao assumir esse cargo ele se tornou “o braço militar do movimento e responsável pela instrução técnica, tática e moral dos militantes, o que estava de acordo com a vocação que acalentava desde os tempos de menino” (2003, p. 118).

promessas republicanas (Cf. OLIVEIRA, 1990).

Nesse tumulto de acontecimentos o Exército voltava ao cenário político nacional com a candidatura de Hermes da Fonseca,¹² que, vale lembrar, era sobrinho de Deodoro da Fonseca, primeiro presidente da República, e reivindicou a autoridade do tio para a sua administração.¹³ Embora Hermes não seja considerado um representante das forças armadas nos jogos de poder da Primeira República – a ele é atribuído papel mais fácil de classificar no esquema histórico da chamada República Velha, ou seja, de instrumento dos astutos políticos de plantão, principalmente do gaúcho Pinheiro Machado -, não se pode ignorar o peso que sua candidatura teve no imaginário político da época, seja civil, seja militar.¹⁴ Basta mencionar, para não deixar a provocação no ar, a estratégia utilizada pelo candidato de oposição, o prestigiado Rui Barbosa, que atrelou a candidatura de Hermes a administração “mão-de-ferro” de Floriano Peixoto (1891-1894) ao nomeá-la de militarista.

A idealização de um museu militar para o Brasil deu-se, portanto, no momento em que o presente acenava para o passado em busca de respostas para instabilidade política que o país vivia. Momento em que o Exército brasileiro buscava recuperar sua imagem perante a sociedade e reconstruir sua relação com a política nacional, contexto de reagrupamento das oligarquias no jogo político nacional. Isso vale tanto para a candidatura Hermes, que acreditamos deve ser incluída no pacote de modernização do Exército, como para a militância dos “jovens turcos” a partir de 1913,¹⁵ ao estabelecer novos marcos para a atuação político-

¹² Trata-se da campanha presidencial de 1910, chamada de Campanha Civilista. Sobre o assunto, ver Edgar Carone. *A República Velha* (1977) e a tese de doutorado de Lorayne Garcia Ueócka. *A campanha civilista nas ruas* (2004).

¹³ Não conhecemos estudo que discuta a relação da atuação de Hermes da Fonseca com a administração de seu tio, Deodoro da Fonseca, no entanto, constatamos que durante sua atuação como presidente da República o IHGB criou uma comissão para erguer um monumento comemorativo em homenagem a Deodoro. Faziam parte dessa comissão alguns oficiais que articularam a candidatura de Hermes à presidência, tal como Jacques Ouriques, deodorista de primeira hora quando da proclamação da República (LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e Benjamin Constant – *vida e história*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 390.). Nesse mesmo período o *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, publicou a biografia de Deodoro, escrita por Ernesto Senna: *Deodoro: subsídios para a História*. Além disso, no campo de batalha do Contestado, entre as datas cívicas comemorada pelos oficiais constava o dia do nascimento de Deodoro, conforme aparece nas ordens do dia e nos relatórios militares.

¹⁴ Leôncio Bausbaum (1986, p. 188) sintetiza essa idéia ao afirmar que “em virtude mesmo do caráter da sua candidatura, Hermes não passou de instrumento passivo na mão de espertos políticos e caudilhos das classes dominantes”. A imagem é sedutora, pois se encaixa perfeitamente na engrenagem da chamada política do café-com-leite, mas carece de revisão histórica. Edmundo Campos Coelho (2000, p. 33), em síntese do pensamento de Tobias Monteiro e de Oliveira Vianna, afirma que a “instrumentalidade do Exército se explicaria pela sedução que exerce sobre o militar a retórica de políticos sagazes, estes ‘psicólogos experientes, com o faro balzaquiano das fraquezas humanas’, aplicados à exploração da sensibilidade exacerbada do espírito corporativo do militar ou ao estímulo à sua ingênua vaidade, frequentemente satisfeita com os prospectos de alguma parca e transitória gratificação simbólica pelo dever cumprido”. O autor acredita que “mais como reflexo das práticas políticas e menos como reflexão sobre elas, esta versão não é de todo equivocada”.

¹⁵ Os jovens turcos eram oficiais identificados com o exército alemão. Defendiam uma modernização do exército brasileiro fundamentada antes nos aspectos técnicos que políticos. Foram os criadores da revista *A Defesa Militar*,

militar do Exército. A concepção de um museu que glorificasse a guerra, nesse momento histórico, reatava a história militar à história do Brasil, ligação fortalecida com a proclamação da República, mas enfraquecida a partir do monopólio dos civis na política inaugurado por Prudente de Morais (1894-1898) e consolidado por Campos Salles (1898-1902).

Acreditamos que, ao propor a criação de um museu militar na década de 1910, Gustavo Barroso buscava erguer um espaço onde a memória militar brasileira pudesse ser contemplada. Segundo Nora (1993; p. 12) “o tempo dos lugares é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que nós vivíamos na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída”. Esse parece ser o ponto central da proposta de construção de um museu militar no Brasil, ou seja, ocultar a política dos quartéis e inventar novo passado para o país. Passado repleto de glórias, de conquistas militares, de força e de luta da elite militar, corporificada na figura de Caxias; passado, preferencialmente, restrito à vitórias bélicas e, supostamente, alheio aos jogos de poder.

Com essa proposta a política era deslocada do lugar onde ela efetivamente se encontrava convulsionada no presente – as agitações jacobinas no período posterior a saída de Floriano Peixoto da presidência da República (1894), a presença dos oficiais militares na Revolta da Vacina (1904) e a Revolta dos Sargentos (1915), são alguns exemplos que nos informam a participação política dos militares no período republicano – para contemplar um passado monárquico de grandes conquistas, vistas sob o ângulo de um intelectual nostálgico dos tempos imperiais, como era Barroso.

Ainda seguindo as pistas abertas por Nora (1993, p. 21), concordamos quando diz que “mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica”. Diante dessas ideias nos perguntamos qual o significado de um museu histórico militar no Brasil no momento em que a participação do Exército nas agitações sociais ganhava visibilidade. Deslocar o foco das experiências militares para o século XIX conferiria ao Exército uma mística que dissimularia o próprio presente. Diferentemente do que tal estratégia possa parecer, ela não visava isolar a instituição da política, mas assumir nova posição no jogo de poder, dissimular novas relações, e, conseqüentemente, estabelecer novos personagens e parcerias para o Exército pretendido.

É possível destacar que no processo de construção do MHN, confluências entre o projeto de Barroso e o dos “jovens turcos”, pois sob a fachada do distanciamento dos militares das

periódico que serviu de plataforma para suas ideias. Sobre o assunto ver José Murilo de Carvalho (1974) e Leila Capella (1985).

questões políticas, traziam a corporação e seus oficiais para o centro do jogo de poder e de memória da nação. Quanto mais a glória e os feitos militares recuavam no tempo, mais chance de retirar o foco para os problemas e ações do presente, em especial as ações militares na repressão a movimentos sociais como Canudos e Contestado: trauma militar e mácula na memória nacional. Os vínculos entre o pensamento de Barroso e esse conflito, assim como a constituição dos lugares de memória nacional e a Guerra do Contestado ainda estão por investigar. No entanto, algumas pistas merecem registro.

III

Ao ditar uma pauta para a construção de uma história militar no Brasil Gustavo Barroso ignorou completamente a Guerra do Contestado. Isso certamente não ocorreu por desconhecimento das ações militares desenvolvidas no planalto catarinense, pois, durante o conflito, ele possuía laços de amizade com grandes representantes da política e do meio militar do país, além de viver no Rio de Janeiro e escrever em diversos jornais da capital federal, que não deixaram de acompanhar as ações militares desenvolvidas no Contestado. Soma-se a isso o profundo interesse que Barroso tinha por episódios militares.

Não bastassem essas pistas, constatamos no acervo do MHN algumas peças provenientes do conflito ocorrido no Sul do Brasil, entre elas armas e munições pertencentes aos sertanejos – elas estão com inscrições das iniciais do proprietário e com marcas de cruz –, um tambor usado durante a guerra para animar os combatentes, um livro de reza, uma cartucheira, uma bandeira de São Sebastião, cravejada de tiros, recolhida dos fiéis e, ainda, armas e munições atribuídas ao Exército que atuou no Contestado.¹⁶

Ao constatar a existência desses objetos, imaginamos que seria possível rastrear, por meio do arquivo institucional do MHN, o caminho trilhado por eles do campo de batalha até os cuidados de Gustavo Barroso. Tínhamos a expectativa de localizar os doadores de tais peças. Suspeitamos que elas haviam chegado às mãos do primeiro diretor do MHN por meio dos

¹⁶ Atualmente parte desses objetos se encontra no Museu da República no Rio de Janeiro. Eles faziam parte do acervo do MHN, no entanto, com a mudança da capital do Brasil para Brasília na década de 60, foi criado no Rio de Janeiro o Museu da República e boa parte do acervo do MHN referente ao período republicano foi enviado para o Palácio do Catete. Em 2005, havia no MHN uma pequena exposição sobre movimentos rurais no Brasil, onde se expunham algumas peças de Canudos, do Contestado e do Cangaço. Foi por meio dessa exposição que tomamos conhecimento dos objetos do Contestado. Além disso, no álbum de fotografias publicado na década de 1980 pela parceria do governo do estado de Santa Catarina com a Fundação Roberto Marinho (1987), constam três imagens de objetos do Contestado provenientes do acervo do Museu da República: um livro de reza (p. 34), uma cartucheira com vários projéteis que pertenceram aos fiéis de José Maria (p. 76) e um kit de refeição de emergência e material de primeiros socorros, utilizado pelo Exército à época da guerra (p. 136).

historiadores de farda.¹⁷ Se comprovada essa origem, teríamos mais um argumento favorável da relação dos oficiais ilustrados com a construção da memória militar no Brasil. Apesar da expectativa, contudo, não foi possível fazer o rastreamento.¹⁸ A relação mais próxima que conseguimos entre esses intelectuais se refere ao fato de que os historiadores de farda recolheram objetos no campo de batalha e os doaram a instituições de memória existentes no Brasil. Outra pista que tínhamos do caminho percorrido pelos objetos até chegar ao MHN era a informação de que Barroso recolhera da maioria dos museus militares do Rio de Janeiro o acervo inicial para formar a instituição por ele idealizada havia pelo menos uma década.

Na impossibilidade de identificar o doador (ou doadores) das relíquias do Contestado que chegaram ao MHN nos anos 20, levantamos algumas questões que sugerem afinidades entre os historiadores de farda e Gustavo Barroso. Se elas não permitem acompanhar todos os destinos dados aos objetos retirados do campo de guerra, fornece pistas suficientes para comprovar que foi pelas mãos dos historiadores de farda que a maior parte desses objetos chegaram aos centros de memória do Rio de Janeiro e daí foram encaminhados para o MHN. Outra constatação possível a partir do mapeamento da captura de relíquias no Contestado é a de que os historiadores de farda também estavam preocupados em construir um acervo de objetos que registrasse os feitos dos militares na história do Brasil e, com isso, fabricar uma memória sobre os feitos do exército na história nacional. Tal fato conflui para os objetivos de Barroso, com a diferença que tais peças remeteriam a feitos recentes, da história republicana, enquanto o projeto de Barroso se concentrava nas glórias militares do período imperial.

Ao falarmos de coleção de peças provenientes de cenários de batalha, não estamos nos referindo à prática de pilhar, corriqueira durante a guerra. Um levantamento de objetos recolhidos nesse tipo de ação escapa aos nossos propósitos, embora eles sejam descritos pelos oficiais, tal como o fez Peixoto ao falar do ataque a Santa Maria em 4 de abril de 1915: “Enquanto alguns soldados saqueavam as abandonadas bugingangas dos rebeldes, outros ateavam fogo ao madeiramento ressequido dos casebres restantes” (PEIXOTO, 1995c, p. 151).

O objetivo é falar da recolha de relíquias pertencentes aos sertanejos com interesses de

¹⁷ Categoria que designa os oficiais do exército com vínculos a instituições científicas que foram testemunhas e autores de livros sobre a história do Contestado. Sobre o assunto ver Rodrigues (2012).

¹⁸ É preciso registrar que a impossibilidade de rastrear os objetos não se deve ao empenho dos atuais funcionários do MHN. Eles foram de muita competência e atenção durante nossas pesquisas. Também consta que Gustavo Barroso era extremamente meticuloso com os registros. O problema é que as primeiras transferências de objetos para a instituição nem sempre vinham acompanhadas de fichas de classificação que indicassem os doadores, sendo mais comum a preocupação em determinar o tipo de objeto e sua datação.

fazê-los documentos que atestassem o suposto fanatismo dos mesmos e para expô-los publicamente. Em livros escritos sobre o conflito ou em espaços de memória. O caso mais flagrante de que dispomos a esse respeito é o do historiador de farda, e médico do Exército, Ezequiel Antunes. Em conferência realizada em 1918 perante a plateia do Instituto Histórico e Geográfico do Pará esse oficial declarou:

No acervo de orações, escapulários, bandeira, facão, balas, bocós, santo de madeira e outros objetos tomados pelas forças federais, alguns dos quais ofereço hoje ao museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, é visível o fanatismo – o fetichismo embrutecedor e anárquico daquela gente rude, o desvio da moral e cultura religiosa, o seu espírito revolucionário e guerrilheiro (ANTUNES, 1918, p. 4).

Em seguida o médico iniciou a exposição de cada objeto tomado dos sertanejos. Ele reproduziu as orações, escafunhou os amuletos e os expôs ao olhar curioso do público, ávido por se deleitar com as diferenças culturais. Reproduzindo em texto a apresentação no Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Antunes descreveu a situação material dos objetos confiscados:

Em papelinhos sebentos e amarrotados, ora escritos a lápis, ora à tinta preta e de cor, com cruces e sinais cabalísticos. Quando chegava um novato aos redutos dos fanáticos era informado de que havia o escrivão de orações, começando logo a adquiri-las para efeitos de moléstia, mandingas e briga (ANTUNES, 1918, p. 4).

Após essa apresentação o historiador de farda fez a demonstração dos objetos. Foram lidas quatro orações: uma que se inicia invocando a “espada elétrica pertence[nte] a São João Franco da Silva nobre cavaleiro de São Sebastião”; outra chamada de Oração de São João † Maria de Agostinho, a terceira, Oração de São João e a quarta, simplesmente, Oração, mas também atribuída a São João Maria de Agostinho. Quanto aos objetos recolhidos, Antunes os descreveu, minuciosamente, como se segue:

Bocós – saquinhos de pano com uma cruz branca de cadarço, suspensos por uma correia de couro cru que os pendurava ao pescoço dos fanáticos, recheados de bentinhos e orações; Bandeira: Uma espécie de um lenço branco grande com uma cruz verde de fita ao centro e abaixo do cruzeiro as iniciais S.J.D. (São Jesus Divino). Presa a um bastão de madeira, roliço, fino e pequeno, erguida acima da cabeça do jagunço simbolizava a paz. Na guerra a cruz verde evitava as balas, e a bandeira movida de um lado para o outro fazia caírem mortos 50 soldados, chamados peludos e pés redondos. Nas refregas as tropas verificaram servir a bandeira, agitada diante dos olhos, para confundirem os soldados na hora do entrevero. Nunca partiam para as brigas sem passá-la sobre as cabeças dos rebeldes, distendidos em filas. Facão: Uma lâmina de madeira forte, na parte superior formando o copo da espada-elétrica uma tira larga de sola curtida. Nas duas faces da lâmina, riscavam cruces à ponta de faca. A arma tinha a miraculosa propriedade de nos combates brandida sobre o inimigo ser leve como a pena de um passarinho, e ao desabar trazer o peso de 12 arrobas!... As praças verificaram também que, na luta, depois do afago da cacetada da espada-elétrica eram mutilados pelo luzente e afiado facão de tenda (ANTUNES, p. 6-7, grifo do autor).

Antunes ainda apresentou os projéteis usados pelos sertanejos, um santo de madeira e um relógio de metal. O interessante na apresentação é que o autor não se contenta em descrever os objetos, mas atribui significados a cada um deles, sempre mencionando que essa era a interpretação que os “fanáticos” faziam das peças. Essa atitude nos mostra a preocupação do militar em desvendar os rituais e os símbolos dos fiéis do Contestado. Ao assim proceder, esse historiador de farda confrontava a cultura do sertanejo com a dos presentes no salão do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e realçava a suposta distância que separava a civilização litorânea daquela existente nos sertões do Brasil. Mas, além disso, a atitude de Ezequiel Antunes ao doar os objetos para uma instituição como o IHG do Pará nos sugere a intenção de coletar, guardar e expor o outro e suas memórias à contemplação pública, ao mesmo tempo que inscrever a memória do exército na luta contra a ignorância e a serviço da nação.

Em Dermeval Peixoto, outro oficial que tomou parte nas ações de repressão do Contestado, também encontramos referência à doação de objetos da Guerra do Contestado a uma instituição de memória dos centros urbanos do país. Ao citar a entrada do Capitão Tertuliano Potiguara em Santa Maria, o historiador de farda nos informa: “logo depois de tomadas as posições dos jagunços, os vaqueanos e os soldados promoveram a devassa dos casebres abandonados, na ânsia de encontrarem os mistérios que embalavam aqueles entes desgraçados” (PEIXOTO, 1995c, p. 140). Em seguida, em nota de rodapé, é reproduzido um relato anônimo que nos apresenta alguns objetos recolhidos. O oficial afirma que foi encontrado um vidro, com trabalho em madeira, contendo “caveira microscópica, prodigiosamente esculpada, bem como uma cruz de duas achas de madeira de pinheiro, uma pá, uma palmatória e uma escada” (idem). Estes objetos foram, segundo ele, oferecidos “ao museu do Colégio Militar do Rio pelo saudoso Tenente Gualter de Mello Braga” (idem). Também foi confiscado um baú de madeira com um vestido que, acreditavam os oficiais, teria pertencido à líder dos sertanejos conhecida como Virgem Maria Rosa. Diante desta peça, o oficial anônimo não desperdiçou a oportunidade para descrever seu encanto: “Era branco e todo enfeitado de fitas azuis e verdes, sendo, além disso, complicadamente enfeitado de uma profusão de penas de pássaros, de todos os matizes, numa profusão de cores raras e vivas” (Peixoto, 1995c, p. 140). O encantamento do oficial diante do vestido é digno de nota. Ele registrou: “foi com respeito que conduzimos o estranho e bizarro vestido da virgem para ser entregue ao nosso comandante” (idem). Após essa descrição o mesmo oficial destacou sua admiração por dois retratos de Aleixo Gonçalves – capitão da Guarda Nacional e líder de um dos grupos rebeldes –, encontrados em uma casa abandonada na vila de Santa Maria.

[Um dos retratos] registrava um dos mais assinalados feitos do guerreiro sertanejo, isto é, quando o herói montado a cavalo, atravessava a vau um rio caudaloso e espumante. Neste retrato o ilustre chefe rocambolésco vestia à gaúcha, trazendo sobre a cabeça um largo chapelão de palha. Os retratos não primavam pela correção artística, mas revelavam grande talento de quem os fizera, naturalmente algum pintor anônimo nascido e criado por ali que nunca passou pelos bancos de nossa Escola de Belas Artes (PEIXOTO, 1995c, p. 141).

É preciso destacar a diferença dessa descrição com a efetuada por Antunes. Enquanto o médico e capitão do Exército descreveu os objetos para ressaltar o abismo cultural entre litoral e sertão, o autor anônimo, não deixou de estranhar o outro, mas o fez com certo encantamento. De qualquer forma, ambos compartilhavam o interesse pelo sertanejo, não se contentando em guardar para si tais peças, como possivelmente fizeram muitos integrantes da força repressora que atuou no Contestado. Era preciso torná-las públicas e o espaço mais adequado para isso seriam instituições dedicadas à memória, fossem os museus dos institutos históricos e geográficos ou museus militares existentes no país.¹⁹

A curiosidade e a violência contra os pertences pessoais dos sertanejos levaram alguns oficiais a violar os objetos sagrados dos guerreiros de São Sebastião para verificar o que havia dentro dos mesmos. Antunes, Peixoto e Assumpção reproduziram em seus livros diversas orações copiadas do material existente nos patuás dos fiéis de João Maria. Eis um exemplo tirado de Assumpção (1918, p. 237-238):

Oração contra o Ar. – Ar vivo ar morto ar do dia ar da noite ar do ferro ar do aço ar do sol ar da lua ar da Estrelas ar do vento ar da terra ar da água Ar da Sotta ar de Estupor Ar de sangue ar de vidro ar de paralisia ar de todos os ares eu sou quem te benze em nome das três pessoas da Santíssima Trindade e o Divino Espírito Santo †. Saia o ar do meu corpo para fora assim como caiu as lágrimas de Nossa Senhora Maria Santíssima quando viu seu Bento Filho Morto coroado na Cruz saia o ar do meu corpo, se for de sangue que corra pelas veias se for de tumor que se espalhe com as palavras de todos os assuntos.
Amém Jesus.

Ao serem recolhidos e ostentados em seus livros os objetos foram, naturalmente, destituídos de seu estatuto simbólico original – amuletos, armas, indumentária – para se tornarem evidências do “estágio atrasado” em que os habitantes dos sertões, supostamente, se encontravam, se comparados aos povos do litoral.

¹⁹ Estes não foram os únicos bens confiscados dos sertanejos. Peixoto ostenta ao longo do seu livro várias imagens de objetos da região, tais como um facão norte-americano, usado pelos trabalhadores da madeireira Southern Brazil Lumber and Colonization Company, o tipo de munição e cartucheira usada pelo Exército, e até um livro de reza pertencente aos sertanejos, idêntico ao que se encontra atualmente no Museu da República no Rio de Janeiro.

A prática de coletar objetos, expô-los e até mesmo contemplá-los, desenvolvida pelos historiadores de farda, pode não nos apontar o desejo de formar um museu militar no Brasil, tal como proposto por Gustavo Barroso, mas certamente nos oferece pistas acerca dos rumos de alguns dos muitos objetos confiscados no campo de batalha e doados a instituições de memória do país, bem como dos significados que os oficiais lhes atribuíam.

Que paradeiro teve o vestido que supostamente pertenceu a Maria Rosa? E as armas com inscrições cabalísticas recolhidas dos sertanejos? E as medidas de José Maria, os santos, as bandeiras, os bocós, que fim esses historiadores de farda deram a essas relíquias? Sabemos apenas que alguns foram doados ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, outros para o museu do Colégio Militar do Rio. Acreditamos que muitas outras peças se tenham tornado propriedades particulares dos combatentes.

Vale destacar que a maioria dos historiadores de farda não seguiu escrevendo sobre o Contestado. À exceção de Soares e Vieira da Rosa, que permaneceram a serviço nos estados do Paraná e Santa Catarina, os demais se distanciaram do conflito e não mais publicaram a seu respeito. Sabemos que pelo menos dois deles se fixaram no Rio de Janeiro: Dermeval Peixoto e Ezequiel Antunes. Além disso, o próprio general Setembrino de Carvalho e o coronel Estillac Leal também retornaram ao Rio. O ex-comandante em chefe reuniu farto material para organizar o relatório de mais de trezentas páginas que entregou ao ministro da Guerra em 1916. Carvalho também palestrou no Clube Militar do Rio de Janeiro acerca de sua atuação na Guerra do Contestado, expondo diante de um público de oficiais as façanhas do Exército nos sertões catarinenses e as características dos inimigos.

Muitos soldados e oficiais levaram consigo algumas “lembranças” da guerra: como aquele do soldado anônimo que declarou o recolhimento do vestido e das fotografias em Santa Maria. O caso de Dermeval Peixoto que incluiu em seu livro imagens de armamentos com sinais cabalísticos feitos pelos fiéis, bem como do livro de reza a eles pertencentes, nos indica que houve apropriação particular desses objetos, sendo que alguns foram encaminhados para centros de memória militar. Pinto Soares também se vangloria de ter acumulado diversos documentos como bilhetes escritos pelos sertanejos, orações e “medidas” de João Maria.

Por fim, em um dos inquéritos policiais instaurados no campo de batalha há o depoimento do soldado Eduardo Gomes do Amaral, 23 anos de idade, que tinha em suas mãos uma arma recolhida de um fiel durante o combate de Santa Maria. Ao ser flagrado apontando a mesma arma carregada contra um colega, ele alegou que a tinha como “lembrança” e que sua atitude não passava de uma pilhéria.

No período da Guerra do Contestado havia apenas os pequenos museus ligados a instituições militares, como o do Colégio Militar do Rio de Janeiro e o do Ministério da Guerra. Além disso, os institutos de história e geografia do país também abrigavam pequenos museus etnográficos. Como vimos acima, nesse período os museus anexados ao Arsenal de Guerra já estavam fechados, logo, as peças do Contestado depositadas no MHN possivelmente foram recolhidas dos pequenos museus pedagógicos do Exército. Outra possibilidade seria a de doação direta ao museu e/ou a seu diretor. Fonseca de Castro (1998, p. 253) nos informa que, durante muito tempo, o MHN foi visto como “o local mais apropriado para o recolhimento de material histórico de origem militar”. Ele cita as doações das espadas que pertenceram aos marechais Floriano Peixoto e Carlos Machado Bittencourt e também da que pertenceu ao imperador D. Pedro I. Apresenta ainda a declaração de Eurico Gaspar Dutra quando ministro da Guerra (1936-1945) sobre tais doações. Este último ao referir-se a Espada de Pedro I declarou a Barroso: “deve ficar guardada no seu benemérito Museu, pois ela é mais do Brasil do que do Exército. Aí será por todos admirada, sem que aqui fosse mimada como legado de honra, que muito nos penhorava” (apud FONSECA DE CASTRO, 1998, p. 254).

Na década de 1940 também foram doadas várias peças de artilharia recolhidas do exército inimigo pela FEB, tal como a bandeira hasteada no Quartel General durante as ações desenvolvidas na Itália. As peças foram entregues pelo general Mascarenhas de Moraes, comandante geral das forças brasileiras na Itália (Cf. FONSECA DE CASTRO, 1998, p. 254). Assim, suspeitamos que os objetos disponíveis atualmente no Museu da República e no MHN referentes a campanha do Contestado tenham sido conduzidos às instituições de memória do Exército não somente por meio da transferência do acervo dos pequenos museus militares, mas também pelas mãos dos historiadores de farda ou de demais oficiais que atuaram no Contestado.

Considerações finais

Como podemos verificar os historiadores de farda e Gustavo Barroso compartilhavam interesses afetivos sobre a memória militar. Eles possuíam amplo conhecimento dos hábitos e costumes do sertão e colecionavam objetos bélicos, isso sem contar que os primeiros antecederam Barroso na construção da história militar do Brasil. Também é muito provável que os oficiais que lutaram no Contestado tivessem conhecimento das propostas de Barroso no sentido de abrir um museu militar, fosse pelos artigos que publicava na imprensa carioca, fosse pelo livro que publicou em 1917, reproduzindo os textos. Vimos, por outro lado, que Barroso conhecia em detalhes os museus militares do Rio e sabia de cor muitos dos objetos neles

existentes, tendo mencionado alguns em artigos de 1911, 1912 e 1921. Embora sempre se refira às peças do século XIX, e nem mesmo tenha incluído a história do Contestado no rol de episódios dignos de pertencer à história militar do país, Barroso não recusaria tais objetos se fossem doados por particulares.

A existência, no MHN e no Museu da República, de peças tiradas do cenário da Guerra do Contestado, denuncia a seleção feita pelos oficiais do exército dos objetos dignos de serem preservados para a posteridade, operação que não deixa de ser política, uma vez que nos mostra o poder da força repressora do governo em definir o que da memória do inimigo deve ou não ser preservado, assim como direciona seu significado: os projéteis dos militares, por exemplo, informariam sobre a luta e bravura dos soldados brasileiros, enquanto os projéteis com cruces e iniciais dos sertanejos deporiam acerca do suposto fanatismo que imperava nos sertões do país.

A relação de Barroso com o passado monárquico, com as tradições, episódios e relíquias militares denunciam sua empatia para com um tempo visto como glorioso em contraste com as crises e disputas oligárquicas emergentes no período republicano. Ele toma para si a tarefa de “resgatar” um tempo perdido. Recuperando uma pergunta lançada por Walter Benjamin, qual seria o objeto de empatia do historiador historicista que, tal como o colecionador burguês, trabalha com a ideia de um tempo homogêneo e vazio? Ele não hesita: “A resposta é, inegavelmente, só uma: o vencedor”. E complementa: “Mas, em cada momento, os detentores do poder são os herdeiros de todos aqueles que antes foram vencedores. Daqui resulta que a empatia que tem por objeto o vencedor serve sempre aqueles que, em cada momento, detêm o poder” (Benjamin, 2013, p. 12). Ao idealizar um museu, reunir relíquias do passado e atuar politicamente na construção do MHN Barroso deixou rastros sobre sua empatia com os vencedores e nos legou objetos que são ao mesmo tempo monumentos de cultura e de barbárie.

A vantagem, nesse caso, são as múltiplas apropriações que os expectadores contemporâneos podem fazer desses objetos, conferindo-lhes um significado completamente diferente daquele que os intelectuais sertanistas e militares lhes atribuíram no início do século XX. Atualmente, eles podem servir como referências de cultura material para o trabalho do historiador e também de denúncia da apropriação indébita da memória do outro, como aquela efetuada pelos militares ao não se contentarem com a artilharia despejada contra os sertanejos do Sul e incluir entre os seus arsenais a imposição de uma versão oficial dos episódios ocorridos no Contestado. Munidos dos arsenais conceituais e metodológicos dispersos nas obras de Walter Benjamin, eles podem ser lidos a contrapelo para, com isso, estabelecer não a tradição

dos vencedores, mas a dos oprimidos. Dessa forma, o historiador materialista educado em Benjamin deve se comportar como o colecionador trapeiro. Deve ser não só a antítese do colecionador que Barroso foi, mas tomar distanciamento de sua proposta e analisa-la criticamente. Cabe a ele revisitar os objetos dos museus e arrancar sua aura. Exercício que está nos planos deste pesquisador, mas que não cabe nos limites do trabalho ora apresentado.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ezequiel (Médico da Expedição). *O Contestado entre Paraná e Santa Catarina*. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira d'. *A Campanha do Contestado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1917.

_____. *A Campanha do Contestado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

BARROSO, Gustavo. Esquematização da história militar do Brasil. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 3, p. 401-431, 1942.

_____. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

BAUSBAUM, Leôncio. *História sincera da República*. 5. ed. São Paulo: AlfaÔmega, 1986. v.1.

BEATTIE, Peter. *The Tribute of Blood: army, honor, race and nation in Brazil, 1864-1945*. Durhan: Duke University Press, 2001.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de história*. In: *O anjo da história*. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BITTENCOURT, José Neves. Cada coisa em seu lugar: ensaio de interpretação do discurso de um museu de história. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 8/9, n. 9, p. 151-174, 2003. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/273/27300905.pdf>. Acesso em: 15 out. 2007.

_____. Um museu de história do século passado: observações sobre a estrutura e o acervo do Museu Militar do Arsenal de Guerra, 1865-1902. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 29, p. 211-245, 1998.

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. As malhas de aço no tecido social: a revista “A Defesa Nacional” e o Serviço Militar Obrigatório. 1985. *Dissertação* (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

CARDOSO, Vicente Licínio. (Org.). *À margem da história da república*. 3. ed. Recife: Massangana, 1990.

CARONE, Edgar. *A República Velha*. Rio de Janeiro: Difel, 1977. 2 v.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. As forças armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. t. 3, v. 2, São Paulo: Difel, 1974. cap.

5.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. A fotografia de Juan Gutierrez na Revolta da Armada: um Código a ser decifrado. *Rede de Memória Virtual Brasileira*. 2006. Disponível em: <http://catalogos.bn.br/redememoria/gutierrezarmada.html>. Nacional. Rio de Janeiro, v.29, p. 247-261, 1998.

_____. O Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 28, p. 163-181, 1997.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CHAGAS, Mário de Souza. Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. *Tese* (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

COUTINHO, Amélia. Gustavo Barroso. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro* (DHBB). 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. v. 2, p. 573-576.

DOMINGO NETO, Manuel. Influência estrangeira e luta interna no Exército, (1889-1930). In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). *Os partidos militares no Brasil*, Rio de Janeiro: Record, 1980. cap. 3, p. 43-70.

DUMANS, Adolpho. A ideia da criação do Museu Histórico Nacional. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 3, p. 383-, 1942.

LEITE, Augusto Bruno de Carvalho Dias. *A ideia de história em Walter Benjamin*. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte. UFMG, 2013.

LEMOS, Renato Luís de Couto Neto e. *Benjamin Constant – vida e obra*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MACCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: história do Exército brasileiro 1889-1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1992.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PEIXOTO, Dermeval. *A Campanha do Contestado*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995. 3 v.
ROSA, José Vieira da. *Reminiscências da Campanha do Contestado*. Terra Livre. Florianópolis, set.-dez. 1918.

SOARES, José Octaviano Pinto. *Guerra em sertões brasileiros*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.

UEÓCKA, Lorryne Garcia. A Campanha Civilista nas ruas. *Tese* (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UNESP, 2005.

WINZ, Antônio Pimentel. Bicentenário da Casa do Trem. In: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, v. 15, p. 140-204, 1953.

Recebido em 06/10/2018. Publicado em 10/01/2019.